

MODOS DE PRODUÇÃO FEMINISTA: UMA ALTERNATIVA AOS SISTEMAS HEGEMÔNICOS DE PRODUÇÃO

Juliana Aparecida dos Santos Miranda¹

RESUMO: Neste artigo, buscamos discutir os modos pelos quais as mulheres têm se organizado a fim de estabelecerem uma alternativa aos modelos patriarcais e capitalistas de produção, pensando, sobretudo, a sua relação com a produção cultural. Dentro deste contexto, pensaremos a produção cultural sob o viés de bem de consumo mercantilizado, utilizado para exercer controle social, bem como um eficaz instrumento de produção de subjetividade que pode ser utilizado para combater e reagir ao sistema patriarcal-racista-capitalista vigente. Deste modo, através da perspectiva teórica possibilitada pela metodologia crítica feminista, refletiremos sobre os fazeres culturais de mulheres, nos referindo aqui, mais especificamente, ao processo de escrita/composição. Com isso, objetivamos evidenciar tais produções e o modo como elas proporcionam medidas para a denúncia e o enfrentamento do sistema hegemônico de produção. Além disso, buscamos compreender e estimular estas práticas, contribuindo, desta forma, para a discussão e a reflexão a respeito da circulação destas produções, criando condições para que as disparidades entre os gêneros e as violências simbólicas resultantes desta relação, sejam, ao menos, repensadas.

Palavras-chave: produção cultural feminista, crítica feminista, escrita de autoria feminina.

MODES OF FEMINIST PRODUCTION: AN ALTERNATIVE AGAINST HEGEMONIC PRODUCTION SYSTEMS

Abstract: In this article, we seek to discuss the ways in which women have organized themselves to establish an alternative to patriarchal and capitalist models of production, thinking above all about their relation to cultural production. Within this context, we will think of cultural production under the mercantile consumer bias, used to exert social control, as well as an effective instrument of subjectivity production that can be used to combat and react to the current patriarchal-racist-capitalist system. Thus, through the theoretical perspective made possible by the critical feminist methodology, we will reflect on the cultural practices of women, referring here, more specifically, to the writing/composition process. With this, we aim to highlight these productions and how they provide measures for denouncing and confronting the hegemonic system of production. In addition, we seek to understand and stimulate these practices, thus contributing to the discussion and reflection on the circulation of these productions, creating conditions so that the gender disparities and the symbolic violence resulting from this relationship are, at least, rethought.

Keywords: feminist cultural production; feminist criticism; writing by female authorship.

A produção cultural, de modo geral aquela pronta, à qual toda a sociedade tende a encaixar em seus modos de sobrevivência, é profundamente carregada de subjetividades que

¹ Mestranda em Crítica Cultural pelo programa de pós-graduação em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia.

estabelecem valores aos seus aspectos, transformando quase tudo em produto de consumo mercantilizado. Deste modo, surge uma padronização advinda dessa obsessão por bens de consumo, criada pelo capitalismo, que gera inúmeras produções culturais sem a preocupação de direcioná-las para fins socialmente construtivos, ao contrário, visam somente manter o lucro e a alienação. É nesse contexto, de manipulação capitalista sobre os modos de produção cultural, que Félix Guattari e Suely Rolnik (1986) nos chamam a atenção para a grande sacada das forças controladoras do capitalismo atual: “Elas entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo” (GUATTARI e ROLNIK 1986, p. 26), com isso, é possível compreender o modo como os dispositivos de poder capitalistas objetivam dominar as subjetividades a ponto de conseguir controlar a sociedade estimulando-a a manter seus meios de dominação.

Ainda sobre esse controle social, Guattari e Rolnik afirmam que, mesmo uma superpotência mundial como os EUA precisa trabalhar na subjetividade para conseguir expandir-se economicamente a países do terceiro mundo, pois há a compreensão de que “sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser controladas.” (GUATTARI e ROLNIK 1986, p. 28). É partindo deste controle social que o sistema capitalista se estabelece, atraindo para si, inclusive, o proletariado, sob a falsa ilusão de oportunidade econômica e de consumo igualitária, e não apenas isso, criando entre os oprimidos relações de ódio apenas para manter seu sistema estrutural, em que o dominado sempre será dominado, não importando em quais circunstâncias. A consequência dessa estratégia é serialização do indivíduo, que passa a agir de forma mecanizada obedecendo, sem questionar, aos agenciamentos postos pelo capitalismo, o que aponta que “a tendência atual é igualar tudo através de grandes categorias unificantes e redutoras” (GUATTARI e ROLNIK 1986, p. 40) que trabalhem, obviamente, em prol da manutenção do capital.

O capitalismo, no entanto, não está sozinho no que diz respeito ao ideal do controle cultural hegemônico, Mirla Cisne (2014) utiliza o termo “sistema patriarcal-racista-capitalista” para denominar o processo de dominação que oprime de modo mais intenso a maioria populacional tida como minorias: mulheres brancas e negras. Deste modo, vencer o capitalismo não será uma tarefa possível se não considerarmos que aliados a ele encontram-se outros sistemas de opressão. As mulheres, como vimos, encontram-se na base da pirâmide hierárquica do sistema patriarcal-racista-capitalista, mesmo considerando os privilégios das mulheres

brancas sobre as mulheres negras. O que fez com que essa base fosse constituída por mulheres, de acordo com Cisne, foi o advento capitalista das propriedades privadas, assim, de acordo com a estudiosa:

[...] com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante [...] posteriormente à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filho (as), escravos e bens materiais ligados à produção [...] (CISNE, 2014, p. 74)

Deste modo, o sistema patriarcal-racista-capitalista essencializou o homem e o tornou o centro de todas as questões sociais, culturais e políticas. Podemos compreender, mediante as ideias propostas por Cisne, que esta dominação se dá de maneira simbólico-cultural, uma vez que o sistema patriarcal estabeleceu à mulher o lugar do outro através, principalmente, da sua associação à natureza e ao que, por sua vez, é entendido como natural. Para Beauvoir (1980), este lugar é reflexo de uma cultura patriarcal que possui no cerne de sua existência um Deus masculino que criou a mulher, a natureza e os animais e destinou-lhes ao homem. Fatores biológicos também influíram neste processo de formação cultural e de completa agressão o que para Simone de Beauvoir é inaceitável, pois, em suas palavras, “os seus costumes [da sociedade] não se deduzem da biologia, os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a uma segunda natureza que é o costume” (BEAUVOIR, 1980, p. 78). Neste sentido, é necessária uma avaliação de todo o contexto econômico, político, cultural e social a fim de estabelecer de que maneira foi dada tal naturalização e como por meio dela se justifica a violência sofrida pelas mulheres efetuada pelo capitalismo em conjunto com o patriarcado.

De acordo com Mirla Cisne (2014, p. 101), “o naturalismo possui fundamentos materiais baseados no processo de apropriação e exploração”, isto implica dizer que toda e qualquer forma de exploração realizada contra a mulher acontece devido ao processo de subordinação, o qual o naturalismo impõe. Por meio desta combinação entre o natural e o biológico o sistema patriarcal-racista-capitalista se apropria da força de trabalho da mulher, ao passo que a aprisiona em estado ideológico de conformidade. Eis o motivo pelo qual muitas mulheres reproduzem ideais patriarcais e acreditam que sua subordinação é natural de seu gênero. O processo de apropriação capitalista da força de trabalho da mulher ocorre de forma diferente, se comparado com os outros grupos explorados, primeiro porque na maioria das vezes não há entre as partes nenhum contrato de trabalho, e quando há o valor recebido por ela é 25%

menor², e segundo porque as atividades tidas como femininas são cobradas das mulheres como sendo obrigação, sem nenhuma valorização moral ou financeira. Deste modo, o que se percebe é que:

A apropriação do tempo das mulheres está radicalmente vinculada à responsabilização feminina pela reprodução social antroponômica, em especial, por meio do trabalho doméstico e do cuidado com todos os membros da família, desmandando atividades quase ininterruptas que acarretam por sua vez, uma grande sobrecarga física às mulheres. O que reflete diretamente na sua saúde, inclusive a mental. (CISNE, 2014, p. 104).

É deste modo que o capitalismo e os seus aliados se beneficiam de maneira sem igual com a naturalização acerca dos papéis de gênero, sem ser necessário aos homens abrir mão de privilégios para que tal sistema continue firme e operante. Estudiosas como Cisne e Beauvoir defendem o fim da ideologia de naturalização, pois compreendem que é a partir da ideia de natureza feminina que as violências contra as mulheres se intensificam e que as mulheres ficam cada vez mais distantes da consciência militante da qual precisam para derrotar o sistema patriarcal-racista-capitalista.

É comum que, após séculos da consolidação do capitalismo, a sociedade atual não consiga pensar em uma outra maneira de se estabelecer economicamente sem a necessidade da exploração do trabalho humano, animal e do meio ambiente. Talvez por isso as explorações sofridas pelas mulheres são consideradas normais e a luta de movimentos feministas pelo fim de tal opressão soa como radicalismo. O peso da tradição recai sobre os modos de produção acarretando a necessidade de meios alternativos que possibilitem aos grupos marginalizados romper com a ordem hegemônica, construindo novas maneiras de pensar a produtividade. Para Boaventura e Rodríguez (2005), assumir a noção de métodos alternativos é aceitar o domínio do capitalismo e, ao mesmo tempo, buscar viabilidades para que tais alternativas consigam se manter sobre o domínio contextual do capitalismo, o que para ele é uma tentativa válida, uma vez que “a realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas” (BOAVENTURA e RODRÍGUEZ, 2005, p. 27).

Ao compreender, bem como Cisne, que o capitalismo não está sozinho, estabelecer uma ruptura tem sido propósito de vários movimentos unificados. O movimento feminista, o

2 De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2014. Disponível em: [://www.valor.com.br/brasil/4315176/ibgepnad-mulheres-recebem-745-do-que-ganham-os-homens](http://www.valor.com.br/brasil/4315176/ibgepnad-mulheres-recebem-745-do-que-ganham-os-homens). Acesso em 18 de dezembro de 2017.

movimento negro e os movimentos ecologistas são exemplos de movimentos que através do questionamento e do inconformismo buscam meios de romper com a lógica capitalista a fim de, inicialmente, enfraquecer o patriarcado, o racismo e a exploração ambiental e, posteriormente, destruí-los por completo. Assim, o que “todos esses tipos de experiências têm em comum é o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia” (BOAVENTURA e RODRÍGUEZ, 2005, p. 29). Neste contexto, Paul Singer (2002), através do conceito da economia solidária, permite-nos a constatação de que uma economia produtiva alternativa ao capitalismo é possível.

Para sustentar tal argumento, primeiramente Singer aponta o modo como a economia capitalista se mantém a partir da relação explorador *versus* explorado. Deste modo, haverá sempre um lado que obterá vantagens sobre o outro, sem qualquer revezamento de privilégios. Neste tipo de economia, há uma evidente competição que se estende até gerações futuras, o que garante que a linhagem exploradora permaneça obtendo vantagens sobre a linhagem explorada. A consequência desse tipo de sistema econômico, como bem sabemos, é a desigualdade no que se refere às distribuições de renda e de meios de produção. Para Singer, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva.” (SINGER, 2002, p. 9). Singer traz o cooperativismo como um conceito básico do modelo de economia solidária. A ideia cooperativista por si só já transmite a noção de ajuda mútua e bem-estar, caminhos pelos quais os movimentos feministas, negros e ecológicos, a exemplo, buscam trilhar a benefício de quem defendem. No entanto o cooperativismo deve ser pensado também como modo de trabalho e produção em que não haja a relação primordial empregada pelo capitalismo.

É necessário refletir sobre os modos de produção e, sobretudo, sobre os modos de consumo, buscando uma singularidade subjetiva do sujeito ao invés da massificação de indivíduos. Assim,

O que é produzido pela subjetividade capitalística, e que nos chega através da mídia da família, enfim, de todos os equipamentos que nos rodeiam, não são apenas ideias; não são a transmissão de significações através de enunciados significantes; nem são modelos de identidade ou identificações com polos maternos, paternos, etc. São, mais essencialmente, sistemas de conexão direta, entre, de um lado as grandes máquinas produtoras e de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 67)

Dentro da lógica capitalista, o explorado deve sempre assim se manter. Desta maneira, a política de subjetividade capitalística é a sustentação desta hierarquia de dominação e, conforme Guattari e Rolnik supracitados, há agentes que se responsabilizam por essa manutenção. Se, enquanto no capitalismo “o trabalho assalariado [...] ‘é uma atividade imposta que gera sofrimento e aflição’, portanto ‘não gera prazer’” (CISNE, 2014, p. 42), na economia solidária a liberdade humana culmina na paixão pelo trabalho (SINGER, 2002, p. 37).

É pensando nessas possibilidades alternativas aos modos de produção capitalistas que muitas mulheres vêm se ressignificando e buscando formas de se posicionarem perante o sistema patriarcal-racista-capitalista. Como vimos, a força de trabalho feminina vem sendo manipulada pelo sistema patriarcal-racista-capitalista, neste sentido não há qualquer estímulo para as mulheres ingressarem em carreiras profissionais em que os homens não sejam beneficiados. A produção cultural fora, deste modo, um espaço de predominância masculina, onde os homens produziam as artes e as mulheres eram, quando muito, musas inspiradoras; lugar este que a excluiu do processo de criação, gerando “incertezas, ansiedades e insegurança quanto ao seu papel de autora, quanto a sua autoridade discursiva para afirmar e representar determinadas realidades, ausentes ou falseadas no espelho que a cultura lhe apresentava” (SCHMIDT, 1995, p. 187). Ainda quando as mulheres produziam algum tipo de arte, não enxergavam a si mesmas enquanto artistas, devido ao espaço naturalizado como seu: o da reprodução e das atividades domésticas, assim, é perceptível que “[...] a cultura patriarcal e capitalista as destinou ao campo da reprodução, tornando cada vez mais invisível sua força produtiva, nos moldes de uma exploração, daí a dificuldade de esse sujeito feminino se conceber como produtor textual” (PEDREIRA, 2015, p. 75).

Guattari e Rolnik nos esclarecem que a subjetividade pode oscilar entre “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como recebe, ou a uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 33), destacamos nesta citação o modo como o sujeito pode lidar com a própria subjetividade e consideramos, sobretudo, a maneira como os papéis de gênero influenciam diretamente no lado extremo ao qual o sujeito masculino e o sujeito feminino tenderão a se inclinar. Deste modo, é evidente que as desigualdades existentes nas relações resultantes dos papéis de gênero favorecem os homens, ao passo que desvalorizam as mulheres, conforme coloca Jailma Pedreira: “Uma subjetividade cultural/real construída [...] sob o signo da desigualdade, uns podendo e recebendo uma valorização positiva, geralmente o

sujeito masculino, e outros, geralmente o sujeito feminino, recebendo uma negação e um desvalor” (PEDREIRA, 2015, p. 76).

É neste sentido que a produção cultural feita por mulheres, aqui nos detendo à escrita, partiu de um processo introspectivo, sem apoio e sem valorização. Isso se deve, primordialmente, à maneira como as mulheres foram impulsionadas a aceitar a relação de alienação e opressão e precisaram, com esforço, se insubordinarem ao sistema patriarcal-racista-capitalista para iniciarem seu processo de produção. Por este motivo, a mulher se viu, durante muito tempo, impossibilitada de escrever obras que se posicionassem de forma interessante para a sociedade como um todo, assunto de interesse público, política etc., devido à forte repressão sofrida pelo sistema patriarcal que as limitavam de diversas e inúmeras maneiras. Por outro lado, a escrita feminina se desenvolvia a partir de características íntimas, constituindo, assim, quase sempre, uma escrita sobre si. A respeito desta questão, Lúcia Castello Branco, nos diz que:

[...] essas preferências são facilmente explicáveis por uma leitura de cunho sociológico: com um olhar histórico não é difícil afirmar que as mulheres não escreviam textos épicos porque não iam às guerras, que sua preferência pelo gênero memorialístico ou autobiográfico se deve ao seu profundo conhecimento dos universos do lar e do eu, próprios à criação de uma escrita intimista etc. etc. (BRANCO, 91, p.14)

A afirmação de Branco acerca desta tendência feminina de escrever sobre si soa bem esclarecedora, aponta para uma exclusão social que impossibilitou a mulher de ter seus horizontes ampliados, revelando mulheres com experiências limitadas e com muito desejo de tornarem-se socialmente visíveis. Norma Telles complementa:

As semelhanças que se encontram entre temas de diversas escritoras devem ser atribuídas a um impulso comum de lutar contra as condições socioeconômicas adversas e as limitações impostas pelas imagens literárias, como estratégias para a redefinição de si mesmas e da arte. (TELLES, 1989, p. 128)

As semelhanças evidenciadas pela escrita de mulheres podem ser tratadas como um meio de estruturação do próprio eu, como sugere Telles. Nesse sentido, em um confronto subjetivo entre fatores inconscientes, as representações destas escritas apresentam-se, na maioria dos casos, de forma autoafirmativa, buscando a redefinição de si mesma pela arte.

É importante salientar, ainda segundo Norma Telles, que antes mesmo da mulher iniciar-se nesse processo da produção textual, ela precisou iniciar-se em um processo de auto definição, pois a prisão pela qual as definições culturais patriarcais às impuseram, antecederam a sua escrita: “Aprisionadas pelas definições culturais e pelos textos, antes de tentar a pena tiveram elas de escapar das definições de ninharia, nulidade ou vacuidade, do sonho, do devaneio masculino” (TELLES, 1989, p. 131). O processo de auto definição, neste sentido, consiste em uma ressignificação identitária do sujeito feminino, um rompimento com a definição anterior que fora estabelecida por definições culturais pautadas em preceitos patriarcais, e, dessa forma, “adquirir autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionou” (TELLES, 1989, p. 131) foi a primeira barreira a ser ultrapassada.

Muitas questões envolvem o processo da escrita da mulher, não podemos, dessa forma, esquecer todas as amarras sociais que as retardaram diante do desenvolvimento em áreas de teor criativo. A permissão “dada” à mulher de expressar seus pensamentos se deu de forma gradativa e desigual; a sua escrita não era vista pelo viés profissional ou como algo para ser admirado; a sua escrita era desmerecidamente colocada como superficial e limitada. A sua feminilidade fora, e ainda é, colocada como algo pejorativo, deixando de ser uma característica do sujeito feminino para representar uma fraqueza, ou até mesmo uma inferioridade inata da mulher. Sua escrita, deste modo, era vista como a “expressão de uma ‘sensibilidade contemplativa e exacerbada’, ‘sentimentalismo fantasioso’, ‘lampejos de histeria’” (SCHMIDT, 1995, p. 188). A inserção da mulher na produção cultural através da escrita, no entanto, possibilitou a ela um grito libertador que só foi possível através da ressignificação do termo feminilidade, resgatando-o e elevando seu sentido para “dentro de uma prática libertadora que objetiva tornar visível a expressão do que foi silenciado e colocado em plano secundário em termos culturais, histórico e político.” (SCHMIDT, 1995, p. 188). Deste modo, longe de toda a feminilidade pejorativa que lhe fora imposta, a escrita tem servido como ferramenta eficaz contra as restrições às quais foi sujeitada ao longo dos tempos.

Deste modo, a escrita feita pelas mulheres possui em si uma característica que confirma a premissa de que o pessoal é político, o que faz com que ela pertença à categoria intitulada, por Deleuze e Guattari (1975), de literatura menor. Inicialmente, o termo literatura menor soa como um termo pejorativo para designar uma literatura inferior, no entanto, os teóricos nos esclarecem afirmando ser a literatura menor aquela produzida pelos grupos políticos considerados minoritários. Neste sentido, as produções realizadas por mulheres são consideradas menores, pois se estabelecem longe do centro e articulam seu discurso com

vivências carregadas de significações político-sociais. Os autores atribuem à literatura menor três características fundamentais, sendo elas “a desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo da enunciação” (DELEUZE e GUATTARI, 1975, p. 28). Podemos, a partir dessas três características, pensar em como a produção cultural feita por mulheres promove o exercício de desterritorialização, através do deslocamento identitário possível por meio das suas ressignificações e da consciência política.

É então, desta maneira, que as produções textuais feitas por mulheres se configuram enquanto uma produção fugitiva do estigma do romantismo que a feminilidade pejorativa impulsionava, funcionando como um dispositivo que desperta incômodo e desconforto para o pensamento patriarcal que delimitara a mulher ao lugar do silêncio e, no máximo, do sussurro. Ao se apropriar da escrita, a mulher passa a construir sua própria história e descrever o mundo conforme a sua perspectiva, havendo, assim, a criação de uma nova linguagem, que se afasta da linguagem do opressor. A mulher ganhara a voz a partir da escrita, começou a desenvolver formas particulares de escrever e se desterritorializou. Não há, portanto, uma forma de escrita feminina, uma vez que, ao contrário do que promove o pensamento patriarcal, não existe apenas um tipo de mulher, conforme afirma Branco:

A partir da leitura de um bom número de textos de autoria feminina, pude verificar como eles se distinguiam dos demais por possuírem um tom, uma dicção, um ritmo, uma respiração próprios. Veja bem: ao me referir ao tom, à dicção, à respiração, quero dizer que algo além dos temas eleitos por essas mulheres terminavam por distinguir sua escrita. (BRANCO, 1991, pp. 15-16)

Nessa constatação, Branco evidencia o modo como as linguagens das produções textuais realizadas por mulheres se posicionam de maneira distinta entre elas, uma vez que, enquanto sujeitos dotados de subjetividade singular, as mulheres se diferenciam entre si devido às suas vivências individuais que influem em sua construção identitária e devido ao seu ponto de vista em relação à coletividade e os sistemas de opressão. Se através da invenção da própria linguagem as mulheres se desterritorializam, é também por meio desta que elas encontram um novo lugar para se reterritorializar, considerando que “a língua compensa sua desterritorialização por uma reterritorialização no sentido” (DELEUZE e GUATTARI, 1975, p. 31), ou seja, é o sentido quem guia as significações e as designações que a palavra aplica.

Perceber, na aplicação da palavra, as problemáticas que circulam a formação do sentido é o primeiro passo para compreender a violência simbólica causada pelo silenciamento das mulheres. Embora não aceitas, sob as tentativas de silenciamento, as mulheres se mantêm

exercendo o direito de produzir, aproveitando-se da liberdade que o poder de criação proporciona para lutar contra todas as opressões sociais que as escravizam e violentam de forma cruel. Contudo, apesar de não lhes serem negados os direitos de produção, o sistema patriarcal-racista-capitalista, através de seus agentes, limitam e desvalorizam estes trabalhos. Assim, é evidente que “o direito de produzir, inclusive uma outra imagem de si, ainda está sendo caro para mulheres que ousam (re)escrever; ainda está sendo conquistado na embate, sem o amparo necessário de políticas efetivas. (PEDREIRA, 2015, p. 86).

Se, para a mulher, participar enquanto criadora de produções culturais é um processo que exige dela muito esforço, se estabelecer num mercado que obedece às premissas do sistema patriarcal-racista-capitalista exige um esforço ainda maior. A história da mulher, bem como afirma Beauvoir, sempre se deu tendo o homem enquanto o essencial, o referencial. Assim sendo, em qualquer aspecto que se observem as produções realizadas por mulheres, sempre virão acompanhadas com a identificação de seu gênero. Caso falte esta identificação, fica subentendido tratar-se de uma produção masculina, uma vez que para estes não é necessária tal identificação, já que o exercício de criação é, supostamente, inato ao sexo masculino. Muitas vezes, tal designação desfavorece o trabalho produtivo da mulher, uma vez que o feminino estigmatizou-se devido a todos os estereótipos de gênero. O que é perceptível, neste sentido, é que as produções feitas por mulheres são enquadradas no estilo “feminino”, como se esta produção se limitasse apenas para este público, o que já vimos não ser verdade, ao mesmo tempo em que alguns homens adentram nesse espaço com produções clichês sobre o estereótipo feminino. Isso propõe uma questão importante para a discussão: é preciso estabelecer a diferença das obras produzidas pelas mulheres e das obras produzidas sobre as mulheres.

Neste contexto, ficamos diante de um mercado saturado de produções voltadas para o consumo do público feminino, mas poucas dessas produções são realizadas por mulheres, da mesma forma que mulheres trabalham em outros tipos de produções e são pouco lidas, vistas ou ouvidas. A notória falta de espaço para a circulação e distribuição de produções feitas por mulheres é um problema que aos poucos vem sendo resolvido por intermédio de iniciativas de mulheres que se mobilizam, com os recursos possíveis, a esta causa. Zahidé Muzart, ao narrar a história de como se originou a editora Mulheres, aponta como há um grande equívoco no pensamento patriarcal de que mulheres não produzem. Ao contrário, ela afirma:

No início da pesquisa, era voz corrente de que aquelas mulheres do século XIX nada tinham escrito, e, por conseguinte, menos ainda publicado enquanto viveram. Logo ficou claro, porém, que, na verdade, não só escreveram e

publicaram uma grande quantidade de textos, mas, bem mais que isso, que esses textos constituíram um legado de boa qualidade literária e de valor histórico inquestionável. [...] Qualquer um que ponha seu empenho na história literária das mulheres brasileiras no século XIX começa por enfrentar problemas. O primeiro é a quase inexistência de reedições, sempre raras porque vendem muito pouco ou porque os textos de mulheres se perdem e desaparecem ao longo dos anos. (MUZART, 2004, 103)

Através disso é possível notar que as produções de mulheres existem e são vastas. O que não existe é o desejo de evidenciá-lo, de fazê-lo circular até chegar à população como uma produção de qualidade, como de fato ela pode ser. É de interesse do sistema patriarcal-racista-capitalista o silenciamento das denúncias que essas mulheres têm para fazer. Para garantir sua manutenção, ocultar as produções das mulheres é uma estratégia eficaz que permite com que homens permaneçam escrevendo as histórias que construirão as futuras subjetividades.

Outros meios de divulgação e distribuição estão sendo utilizados para assegurar que as produções feitas por mulheres sejam visibilizadas. A internet, por exemplo, tem sido um instrumento eficaz para realizar este trabalho, uma vez que através dela o acesso aos conteúdos se dão de forma mais democratizada (ao menos entre aquelas que possuem computador e dados de internet), assim, a internet foi o espaço que Cláudia de Lima Costa e Rita Maria Xavier Machado encontraram para disponibilizar e tornar acessível estudos feministas e de gênero. Elas narram que decidiram criar um banco de dados eletrônico (www.portalfeminista.org.br) que disponibilizasse “textos completos dos periódicos acadêmicos brasileiros sobre os estudos feministas e de gênero, numa primeira fase e, em etapa posterior, conhecimentos alternativos na mesma área gerados por diferentes sujeitos situados em outros lugares de enunciação” (COSTA e MACHADO, 2004, p. 188). Muitas são as vantagens desse formato, sendo algumas delas a facilidade de consulta, de busca e de venda, além do baixo custo e da garantia que o material permanecerá disponível por muito e muito tempo.

Com o advento da internet e a criação de bancos de dados, bibliotecas, *blogs* e *sites*, os espaços para disponibilização das produções de mulheres se intensificaram, desta maneira, tais produções se tornaram mais evidentes, comprovando a premissa citada de que as mulheres produzem, ainda quando lhes falta visibilidade. Vale destacar que, superada a ideia de que mulheres não produzem, ainda há um fetiche criado acerca desta representação, sejam elas escritoras, musicistas, pintoras ou produtoras que qualquer outro tipo de arte, elas “parecem ser vistas pela crítica, mais como curiosidade, fetiche do que como alguém que pode ocupar o lugar de AUTOR+A.” (VIEIRA, 2016, p. 236). Reforçar a existência de produções culturais feitas por mulheres faz parte de um processo de afirmação do ser mulher enquanto um ser capaz de

produzir e não apenas de reproduzir, contrariando, desta maneira, as expectativas do sistema patriarcal-racista-capitalista.

Concomitante a isto, é necessário que práticas de divulgação e distribuição, ainda que através de métodos alternativos e pouco convencionais, sejam efetivadas a fim de manter tais produções em circulação, prestando reconhecimento e incentivo às produções de mulheres, tendo em vista a problemática moral de um país que não assume sua violência velada pelas minorias, como bem observa Nancy Vieira:

[...] mesmo em tempos aparentemente tão plurais, mas que guardam um quadro crescente de violência percorrendo o País, com discursos marcados pela misoginia, pelo racismo e pela homofobia, demarcando o nítido desconforto de certos grupos com as conquistas das minorias. (VIEIRA, 2016, p. 242)

Ao fim, cabe a nós, pesquisadoras(es) e estudiosas(os), da área de gênero e dos estudos feministas, garantir que as produções culturais realizadas por mulheres sejam evidenciadas e disseminadas, contrariando a necessidade de consumo direcionada que fabricam produções nos moldes do sistema patriarcal-racista-capitalista visando apenas o consumo e não a obtenção de senso crítico fundamental para a construção identitária do sujeito. Deste modo, é necessário refletir sobre os modos de produção e combater as violências simbólicas que muitas vezes resultam dessas produções. É preciso estimular a produção de mulheres, garantindo com isso que ela circule de modo mais igualitário, possibilitando, assim, que as disparidades entre os gêneros sejam, ao menos, repensadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. V 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos).
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- COSTA, Cláudia de Lima; MACHADO, Rita Maria Xavier. www.portalfeminista.org.br: uma biblioteca virtual dos estudos feministas e de gênero no Brasil. *Revista Estudos feministas*.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. O que é uma literatura menor? In: *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañón Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. In: *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. História da Editora Mulheres. *Revista Estudos Feministas*. 2004.
- PEDREIRA, Jailma dos Santos. Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais. *Revista Fórum de literatura Brasileira Contemporânea*. (online), UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ed 13, jun, 2015.
- SANTOS, Boaventura dos. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, pp. 23-32.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, pp. 182-189.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- VIEIRA, Nancy Rita F. Duplamente mulheres: GT A Mulher na literatura na construção de uma autoria feminina. In: *Trajetórias de literatura e gênero: territórios reinventados*. Caxias do Sul: Educs, 2016.

Enviado em: 19-12-17

Aceito em: 27-12-17